J.P.Morgan

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Desempenho: No exercício, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 16.436 mil, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 17.659 mil. São Paulo, 25 de março de 2019. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		2.529.034	2.401.444	Circulante		2.161.509	2.044.664
Disponibilidades		10.139	8.650	Depósitos	9		12.910
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	367.631	373.148	Depósitos a prazo		-	12.910
Aplicações no mercado aberto		16.805	38.304	Instrumentos financeiros derivativos	6	47.848	7.267
Aplicações em depósitos interfinanceiros		350.826	334.844	Instrumentos financeiros derivativos		47.848	7.267
Instrumentos financeiros derivativos	6	48.777	7.313	Outras obrigações		2.113.661	2.024.487
Instrumentos financeiros derivativos		48.777	7.313	Cobrança e arrecadação de tributos			
Outros créditos		2.102.487	2.012.333	e assemelhados		47	-
Carteira de câmbio	7	2.102.432	2.012.297	Carteira de câmbio	7	2.102.432	2.012.297
Diversos	8	55	36	Fiscais e previdenciárias	8	9.882	11.241
				Diversas	8	1.300	949
Realizável a longo prazo		157.012	75.534	Exigível a longo prazo		114.407	38.620
Instrumentos financeiros derivativos	6	95.371	14.254	Instrumentos financeiros derivativos	6	94.170	14.159
Instrumentos financeiros derivativos		95.371	14.254	Instrumentos financeiros derivativos		94.170	14.159
Outros créditos		61.641	61.280	Outras obrigações	8 e 10	20.237	24.461
Diversos	8	61.641	61.280	Fiscais e previdenciárias		20.237	24.461
Permanente		38	38	Patrimônio líquido	12	410.168	393.732
Investimentos		38	38	Capital social		258.218	208.218
Outros investimentos		38	38	De domiciliados no exterior		258.218	208.218
				Reservas de capital		18.617	18.617
				Reservas de lucros		133.333	166.897
Total do ativo		2.686.084	2.477.016	Total do passivo e patrimônio líquido		2.686.084	2.477.016

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

			Reservas de capital	Rese	rvas de lucros			
	Nota	Capital social	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2016 Lucro líquido do exercício Destinação do lucro líquido:		208.218	18.617	15.705	133.533	17.659	376.073 17.659	
Reserva legal Reserva estatutária	12 12			883	16.776	(883) (16.77 <u>6</u>)	<u>-</u>	
Em 31 de dezembro de 2017		208.218	18.617	16.588	150.309	<u>-</u>	393.732	
Aumento de capital Lucro líquido do exercício Destinação do lucro líquido:	12 -	50.000	-	-	(50.000)	16.436	16.436	
Reserva legal Reserva estatutária	12 12			822	15.614	(822) (15.614)	-	
Em 31 de dezembro de 2018		258.218	18.617	17.410	115.923		410.168	
Em 30 de junho de 2018 Lucro líquido do semestre Destinação do lucro líquido:		258.218	18.617	16.588	100.309	7.481 8.955	401.213 8.955	,
Reserva legal Reserva estatutária	12 12			822	15.61 <u>4</u>	(822) (15.614)	<u>-</u>	
Em 31 de dezembro de 2018		258.218	18.617	17.410	115.923	<u> </u>	410.168	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

0

0

atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association (com sede em Nova lorque, Estados Unidos da América), autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2019.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência (b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos

compostos pelas operações de swaps e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado das operações de swaps e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(c) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - Demonstrados por valores incorridas.

(e) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada. apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2018: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15%

(g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 10.139 (2017 - R\$ 8.650) e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 367.631 (2017 - R\$ 373.148) (Nota 5)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros realizadas com empresas do grupo no valor de R\$ 350.826 (2017 - R\$ 334.844) com vencimento em janeiro de 2019 (2017 – em janeiro de 2018) e aplicações em operações compromissadas - posição bancada no valor de R\$ 16.805 (2017 – R\$ 38.304) com vencimento em janeiro de 2019 (2017 - em janeiro de 2018).

6. Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

a. Composição por muexador					
			Valor	Valor	
	Valor a	Valor a	nominal	nominal	
	receber	pagar	2018	2017	
Operações de <i>swap</i>	82.261	82.261	1.508.748	787.665	
Moedas	-	-	-	787.665	
Outros	82.261	82.261	1.508.748	-	
Outros derivativos	61.887	59.757	4.096.525	454.745	
Moedas	61.887	59.757	4.096.525	454.745	

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição") b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de	Perdas nã	o mercado	mercado	social pagos		(1.325)	(13.403)	(18.901)
	custo	realizado	s 2018	2017	Caixa líquido proveniente/(utilizado) de				
Ativo	142.347	1.80	1 144.148	21.567	atividades operacionais		299.257	(4.028)	(71.318)
Operações de swap	79.419	2.84	2 82.261	13.886	Aumento líquido/(Redução) de caixa e				
Outros derivativos	62.928	(1.04	1) 61.887	7.681	equivalentes de caixa		299.257	(4.028)	(71.318)
Passivo	141.605	41	3 142.018	21.426	Caixa e equivalentes de caixa no início				
Operações de swap	79.419	2.84	2 82.261	13.886	do semestre/exercício	4	78.513	381.798	453.116
Outros derivativos	62.186	(2.42	9) 59.757	7.540	Caixa e equivalentes de caixa no final				
c. Composição do valor nominal po	r vencime	ntos			do semestre/exercício	4	377.770	377.770	381.798
	De	De Ac	ma		Aumento líquido/(Redução) de caixa				
Até 3	3 a 12	1 a 3 c	e 3 Total		e equivalentes de caixa		299.257	(4.028)	(71.318)
meses	neses	anos a	nos 2018	2017					
Operações de <i>swap</i> -	- 65	7.280 851.	468 1.508.748	787.665	11. Imposto de renda, contribuição socia	ale cr	réditos tribu	itários: A na	tureza e a

d. Valor nominal por local de negociação

Outros derivativos...... 1.203.487 1.994.898 898.140

jurídica 754.374

	Baicao	iotai	iotai	
	(Cetip)	2018	2017	·
Operações de <i>swap</i>	1.508.748	1.508.748	787.665	
Outros derivativos	4.096.525	4.096.525	454.745	
. Valor nominal por contraparte				7
Danasa Instituta		d- T-	tol Total	

financeiras investimentos

- 4.096.525 454.745

2018 328.640 **1.508.748 787.665**

- 4.096.525 454.745

Outros derivativos. 2.070.485 f. Resultado por produto

Operações de *swap...*

	Receita	Despesa	Resultado líquido 2018	Resultado líquido 2017
Operaçãos de autop				2017
Operações de swap	188.760	(188.760)		
Outros derivativos	241.560	(239.075)	2.485	348

2.026.040

7. Outros créditos e outras obrigações - carteira de câmbio: "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 1.051.073 no prazo de dez anos, conforme Resolução nº 3.355. O cálculo dos encargos com imposto (2017 - R\$ 1.006.403) e direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 1.051.359 de renda e contribuição social é demonstrado como segue: (2017 - R\$ 1.005.894). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 1.051.073 (2017 - R\$ 1.006.399) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 1.051.359 (2017 – R\$ 1.005.898).

8. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 3.457 (2017 - R\$ 4.450) (Nota 11) e devedores por depósitos em garantia de R\$ 57.585 (2017 - R\$ 56.220) (Nota 10 (a)). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" correspondem, principalmente, a impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 9.413 (2017 – R\$ 11.133) e provisões relacionadas a questionamentos judiciais no valor de R\$ 20.132 (2017 - R\$ 24.461) (Nota 10 (a)).

3. 2. 3. 2. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3.	Total 2018	Total 2017
Depósitos a prazo – até 3 meses	-	12.910
Total		12.910

10. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depositos Judiciais		Provisoes		
	2018	2017	2018	2017	
Fiscais e previdenciárias	57.585	56.220	20.132	24.461	
Total	57.585	56.220	20.132	24.461	
h) Movimentação dos saldos natrimon	iais				

	Fiscais e previdenciárias			
	2018	2017		
Saldo inicial	24.461	22.941		
Despesas financeiras – juros	722	1.185		
Constituições	-	413		
Anistia	(340)	(78)		
Reversões	(4.711)	-		
	20.100	0.4.404		

c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária. As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL em relação às empresas não financeiras e (ii) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 21% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 41.075, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro de 2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/17. Em 2018, as Autoridades Fiscais confirmaram os pagamentos efetuados e promoveram a baixa dos débitos incluídos no

d) Fiscais e previdenciárias – outros passivos contingentes - A Instituição recebeu auto de infração objetivando a cobrança de contribuições previdenciárias, ora discutido perante o Poder Judiciário através de ação anulatória de débito fiscal, cujo risco de perda é classificado como possível pelos assessores legais no valor de R\$ 25.605 (2017 - R\$ 25.370). A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes avaliados com chances de êxito possível, pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, que envolvem multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor total de R\$ 827 (2017 - R\$ 1.784). Por decisão da Instituição, foi constituída provisão para referidos débitos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de l

EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reals)							
	N-4-	Segundo	Exercício				
	Nota		em 31 de de	-			
		2018	2018	2017			
Receitas de intermediação financeira		13.761	28.372	36.982			
Resultado de aplicações no mercado aberto		12.466	23.672	35.475			
Resultado com instrumentos financeiros							
derivativos	6f	1.194	2.485	348			
Resultado de operações de câmbio		101	2.215	1.159			
Despesas de intermediação financeira		(1.091)	(1.238)	(1.988)			
Operações de captação no mercado		(1.091)	(1.238)	(1.988)			
Resultado bruto da intermediação							
financeira		12.670	27.134	34.994			
Outras receitas (despesas) operacionais		3.466	2.493	(2.444)			
Receitas de prestação de serviços		1	1	-			
Outras despesas administrativas	14b	(944)	(1.502)	(910)			
Despesas tributárias		(578)	(1.264)	(1.578)			
Outras receitas operacionais	14a	5.402	6.110	2.526			
Outras despesas operacionais		(415)	(852)	(2.482)			
Resultado operacional		16.136	29.627	32.550			
Resultado antes da tributação sobre o lucro		16.136	29.627	32.550			
Imposto de renda e contribuição social	11	(7.181)	(13.191)	(14.891)			
Provisão para imposto de renda		(3.259)	(6.302)	(8.016)			
Provisão para contribuição social		(2.938)	(5.377)	(6.456)			
Ativo/passivo fiscal diferido		(984)	(1.512)	(419)			
Lucro líquido do semestre/exercício		8.955	16.436	17.659			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		Segundo		cios findos
	Nota	semestre		dezembro
Adudadas ananadas da		2018	2018	2017
Atividades operacionais		4 000	40 505	47.470
Lucro líquido ajustado		4.898	12.585	17.172
Lucro líquido do semestre/exercício		8.955	16.436	17.659
Ajuste ao lucro líquido:		(4.057)	(3.851)	(487)
Atualização de depósitos judiciais		(684)	(1.374)	(2.504)
(Reversões)/Provisões para contingências		(4.357)	(3.989)	1.598
Ativo fiscal diferido	11	984	1.512	419
Variação de ativos e obrigações		294.359	(16.613)	(88.490)
Redução em aplicações interfinanceiras				
de liquidez		340.119	-	-
(Aumento)/Redução em instrumentos				
financeiros derivativos (ativos/passivos)		(787)	(1.989)	106
(Aumento)/Redução em outros créditos		61.819	(90.653)	(1.586.740)
Redução em outros valores e bens		48	-	-
(Redução) em depósitos		(50.126)	(12.910)	(84.003)
(Redução)/Aumento em outras obrigações		(55.389)	102.342	1.601.048
Imposto de renda e contribuição				
social pagos		(1.325)	(13.403)	(18.901)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) de		, ,	,	` '
atividades operacionais		299.257	(4.028)	(71.318)
Aumento líquido/(Redução) de caixa e				
equivalentes de caixa		299.257	(4.028)	(71.318)
Caixa e equivalentes de caixa no início				
do semestre/exercício	4	78.513	381.798	453.116
Caixa e equivalentes de caixa no final				
do semestre/exercício	4	377.770	377.770	381.798
Aumento líquido/(Redução) de caixa			3	5566
e equivalentes de caixa		299.257	(4.028)	(71.318)

origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como seque: 2018 2017

Diferenças temporárias		
Contingências fiscais	2.940	4.073
Provisão de honorários advocatícios	496	362
Outras	21	15
Total de créditos tributários – ativo	3.457	4.450
IR diferido – MTM – passivo	555	36

Em 2018, foi constituído crédito tributário de R\$ 139 (2017 – R\$ 24) e realizado o montante de R\$ 1.132 (2017 - R\$ 419) de créditos tributários sobre diferenças temporárias. Em 2018. foi constituído IR diferido passivo, no valor de R\$ 519. Em 2017, para IR diferido passivo foi realizado o valor de R\$ 1. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 3.457 é estimada em 1% no 1º ano, 2% do 2º ao 3º ano, 5% do 4º ao 5° ano, 10% do 6° ao 7° ano, 20% do 8° ao 9° ano e, 25% no 10° ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 1.771 (2017 - R\$ 2.132) O valor de créditos tributários, no montante de R\$ 1.419 (2017 – R\$ 1.419), sobre prejuízo fiscal não ativados em função da realização esperada desses créditos não estar prevista

	2018	2017
Resultado antes de IRPJ e CSLL	29.627	32.550
Encargo total de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(13.332)	(14.648)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2)	(52)
Efeito CSLL 5%	125	10
Contingências	(6)	(225)
Outros	24	24
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	141	(243)
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(13.191)	(14.891)

12. Patrimônio líquido: O capital social representa os investimentos da matriz, acrescidos dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital estrangeiro registrado no BACEN é de US\$ 60.211.065,96 e Euro 3.135,49. Em deliberação realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 50.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de lucros Estatutária, sem a emissão de novas ações. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos A Reserva de lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Ata de Reunião de Diretoria foi deliberado o não pagamento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

13. Transações com partes relacionadas - (Grupo J.P.Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas

colligadas e controladas do Grupo.					
		2018		2017	
	Ativos/	Receitas/	Ativos/	Receitas/	
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)	
Disponibilidades em					
moeda estrangeira	10.085	-	8.621	-	
JPMorgan Chase Bank, National					
Association	10.085	-	8.621	-	
Aplicações em depósitos					
interfinanceiros	350.826	21.187	334.844	33.407	
Banco J.P. Morgan S.A	350.826	21.187	334.844	33.407	
Aplicações em operações					
compromissadas	16.805	2.485	38.304	2.065	
Banco J.P. Morgan S.A	16.805	2.485	38.304	2.065	
Instrumentos financeiros					
derivativos	75.980	(6.341)	11.411	1.156	
Banco J.P. Morgan S.A	15.488	(6.341)	6.274	(145)	
Lawton Multimercado	60.492	-	5.137	1.301	
Operações de câmbio	(383)	(4.728)	518	(2.183)	
Banco J.P. Morgan S.A	(383)	(4.728)	518	(2.183)	
Para fins de cumprimento da Resolução nº 4.636 do BACEN a Instituição verificou que					
não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com					

partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

14. Outras informações: a) "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente

à atualização monetária sobre depósitos judiciais no valor de R\$ 1.374 (2017 - R\$ 2.504) e reversão de provisões operacionais relacionados a casos fiscais no montante de R\$ 4.711. b) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas com o sistema financeiro no valor de R\$ 657 (2017 - R\$ 485) e despesas de serviços técnicos especializados no valor de R\$ 657 (2017 - R\$ 162). c) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, a Instituição possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

J.P.Morgan

JPMorgan Chase Bank, National Association

C.N.P.J. n° 46.518.205/0001-64

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JP Morgan Chase Bank, National Association

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank. National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na secão a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e. ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se. com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse

fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governanca pelas demonstrações contábeis - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governanca da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorcões podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planeiarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e. com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planeiado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3